

CIBEC/INEP



B0024763

# EDUCAÇÃO BRASILEIRA: POLÍTICAS E RESULTADOS

7.014  
24e

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Fernando Henrique Cardoso

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Paulo Renato Souza

SECRETARIA-EXECUTIVA

Luciano Oliva Patrício

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E  
PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP

Maria Helena Guimarães de Castro

# **Educação Brasileira: Políticas e Resultados**

Brasília  
1999

## Sumário

1. Introdução .....	5
2. Ensino Fundamental.....	
3. Ensino Médio e Tecnológico .....	11
4. Formação de Professores.....	15
5. Ensino Superior.....	17
6. Informação e Avaliação .....	19
7. Os Resultados.....	21
7.1. Redução do Analfabetismo e Aumento do Número Médio de Anos de Estudo .....	24
7.2. Crescimento da Matrícula por Nível de Ensino .....	27
7.3- Evolução das Taxas de Escolarização .....	32
7.4. Melhoria do Fluxo Escolar e Diminuição da Distorção Idade/Série....	35
7.5. Qualificação dos Professores.....	39
7.6. Gastos com Educação.....	42

## 1. Introdução

Os primeiros cinco anos do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1999) caracterizam-se, na área educacional, pela profundidade e consistência das reformas implantadas e por uma conseqüente política, objetivando expandir quantitativamente e melhorar qualitativamente a oferta de educação em todos os níveis de ensino. O balizamento institucional das mudanças em curso ocorreu por meio de emendas constitucionais e novas leis, principalmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Todas as iniciativas do Governo Federal, no último quinquênio, têm caráter estrutural, no sentido de que estão voltadas a atacar não os sintomas, mas sim os problemas do sistema educacional na sua raiz, para superá-los de modo firme, seguro e duradouro.

Ainda que exija prazo mais longo para sua implementação, essa postura tem meta clara: fazer com que o país vença de fato suas deficiências no campo educacional a partir de resultados que, uma vez alcançados, sejam verdadeiramente sólidos, capazes de assegurar condições para aprofundar novas melhorias no futuro. Mesmo com essa estratégia de ação, no entanto, indicadores mostram que a atual gestão já produz conquistas palpáveis, antecipando a tendência esperada.

O texto que segue apresenta de forma resumida as principais políticas e os resultados alcançados nesses cinco anos do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

## 2 - Ensino fundamental

As conquistas hoje visíveis no ensino brasileiro foram verificadas em levantamentos feitos por fontes reconhecidamente idôneas, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), da Universidade de São Paulo, a Universidade de Campinas (Unicamp), o Banco Mundial e outros organismos nacionais e internacionais. Trata-se de resultados com impactos diferenciados, mas que se refletem em todos os níveis educacionais, sobretudo no ensino fundamental, prioridade máxima nos primeiros quatro anos do atual governo, e em todas as regiões do país.

Peça fundamental nesse processo de transformação foi a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em dezembro de 1996. Ao redefinir os papéis e responsabilidades de cada sistema de ensino (federal, estaduais e municipais), dando maior autonomia à escola, flexibilizando os conteúdos curriculares e estimulando a qualificação do magistério, a nova lei criou o ambiente necessário à implementação de mudanças significativas no panorama educacional do país.

Para criar as condições necessárias à concretização das propostas da nova LDB era importante interferir nos mecanismos de financiamento da educação, especialmente do ensino fundamental. A aprovação, em 1997, da Emenda Constitucional nº. 14 efetivou a principal conquista obtida nesse sentido: a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Criado por iniciativa do Poder Executivo, o Fundef corrigiu histórica desigualdade na destinação, por estados e municípios, de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Apesar da vinculação constitucional de 25% de suas receitas fiscais à educação em geral, a repartição de responsabilidades pela educação obrigatória das crianças de 7 a 14 anos, entre os níveis de governo, nunca esteve claramente definida até a Emenda Constitucional nº 14. O Fundef determinou a destinação obrigatória, em cada estado, de 60% dos recursos vinculados à educação, ou seja, 15% da arrecadação fiscal de estados e municípios, exclusivamente ao ensino fundamental, repartindo a receita global entre cada estado e seus municípios, conforme o número de alunos matriculados nas escolas da respectiva rede de ensino. Além disso, 60% dos recursos do Fundo devem ser obrigatoriamente aplicados na remuneração dos professores do ensino fundamental.

Na repartição das receitas do fundo, estabeleceu-se um nível mínimo nacional de aplicação de recursos por aluno/ano. Sempre que os recursos do Fundef, em um estado, não alcançam esse nível mínimo, o Fundo é complementado com verbas federais, de modo a assegurá-lo.

Em 1998, primeiro ano de implantação do Fundef, cerca de R\$ 13,3 bilhões foram distribuídos. Dentre os vários benefícios gerados pelo Fundo, como melhorias nas instalações físicas de centenas de escolas, talvez mais significativo tenham sido os ganhos nos salários dos professores, especialmente dos professores das redes municipais de ensino e, principalmente, nos municípios mais pobres do Nordeste do Brasil.

Há indicações seguras de que apenas essa inovação na sistemática de financiamento deverá produzir as mais importantes mudanças qualitativas no ensino fundamental do país. Ao mesmo tempo, uma série de políticas e ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino foram implementadas.

Pela primeira vez na história do ensino brasileiro, o governo definiu parâmetros nacionais para a educação infantil, ensinos fundamental e médio, inclusive para a educação indígena, que são referência curricular e pedagógica para professores e autores de livros didáticos.

No tocante ao Programa Nacional do Livro Didático, o atual governo ampliou o atendimento, estendendo sua cobertura das quatro primeiras séries do ciclo a todas as oito séries que o compõem. Passou a recomendá-los e comprá-los com base em avaliação qualitativa criteriosa e, de forma pioneira no país, há três anos faz com que os livros cheguem às escolas antes do início do ano letivo.

Inovador, o Programa Dinheiro Direto na Escola eliminou o problema do acesso das escolas aos recursos federais, antes baseado num sistema muito burocratizado, que dava margem, inclusive, à utilização política das verbas da educação. Com o Programa, a transferência de recursos passou a ser feita diretamente às escolas, sem intermediação dos governos estaduais e municipais, bastando para isso que a escola tenha uma Associação de Pais e Mestres (APM) ou um Conselho Escolar. Os recursos são depositados numa conta da APM ou do Conselho, que os administram em parceria com a direção da escola. Nos primeiros quatro anos, o governo repassou mais de R\$ 1 bilhão às escolas, estimulando assim a formação de quase 50 mil novas Associações de Pais e Mestres, o que vai ao encontro de outro propósito do governo: fortalecer a mobilização social em benefício da qualidade do ensino e da escola pública.

O Programa de Aceleração de Aprendizagem, outra conquista importante, era indispensável. Por seu intermédio, o Governo Federal financia a implantação de classes especiais para alunos com alta defasagem idade-série, procurando fazer com

que eles avancem rapidamente nos estudos até a série compatível com a sua idade. O número de alunos que estudaram nessas salas instaladas em todos os estados brasileiros, em 1998, foi de 1,2 milhão, sendo que a maioria conseguiu progredir nos estudos.

A eficiência das classes de aceleração permitirá a absorção, nas escolas públicas, de todas as crianças e jovens em idade escolar. Ao contrário do que se supõe, as escolas públicas do ensino básico têm vagas suficientes para absorver toda a população de 7 a 14 anos (correspondente ao ensino fundamental obrigatório) e de 15 a 17 (ao ensino médio). É o que prova o Censo Escolar de 1999, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Segundo o Censo, o Brasil tem 44 milhões de alunos matriculados nas escolas públicas do ensino básico, enquanto a população na faixa etária de 7 a 17 anos é de 37 milhões. O excesso de alunos resulta da repetência, altíssima nas séries iniciais, e do ingresso tardio. O Programa de Aceleração de Aprendizagem contribui para corrigir o fluxo, liberando assim vagas nas séries iniciais do ensino fundamental, onde a repetência é mais grave.

O Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) revelou-se outra providência significativa. O programa treinou até aqui 1.419 professores-multiplicadores para utilizarem pedagogicamente o computador em sala de aula. O treinamento foi dado em 119 Núcleos Federais de Tecnologia Educacional, responsáveis ainda pela assistência técnica permanente às escolas participantes do Programa. Esses professores, por sua vez, repassaram o que aprenderam a mais 20 mil colegas, que hoje transmitem com mais riqueza, com o uso do computador, os temas curriculares. Até o momento, o governo instalou 30 mil computadores e acessórios em mais de 2 mil escolas dos 26 estados e do Distrito Federal, beneficiando diretamente 200 mil alunos.

O Programa da Merenda Escolar foi melhorado e expandido. O atual governo praticamente dobrou os investimentos em merenda: de 1995 até o final de 1998, o país investiu R\$ 2,7 bilhões na alimentação dos alunos do ensino fundamental. Ao final de 1999, atingiremos R\$ 3,6 bilhões. Ao mesmo tempo, o Programa foi municipalizado. Hoje, os recursos são enviados diretamente a mais de 4.500 municípios, a quase totalidade do país, onde a comunidade e as escolas decidem, com autonomia, o cardápio, de acordo com os hábitos alimentares locais e regionais.

O Programa Nacional de Garantia de Renda Mínima concede um apoio financeiro mensal a famílias que, apresentando uma renda média familiar abaixo da renda média do estado, mantenham os filhos matriculados na escola. Até o final de 1999, o Programa terá beneficiado mais de 500 mil famílias, cerca de um milhão de crianças

de 7 a 14 anos, em mais de mil municípios. Para usufruir do benefício, as famílias devem comprovar a matrícula e a frequência dos filhos às escolas. A exigência dessa contrapartida anula a idéia do assistencialismo, criando condições para universalizar a taxa de matrícula no ensino fundamental. Além disso, o programa colabora para reduzir o êxodo das famílias em direção às grandes cidades e contribui para erradicar o trabalho infantil.

Como já foi dito, a rede de ensino fundamental e médio do país tem capacidade para garantir a matrícula a 100% das crianças e jovens em idade escolar compatível. A questão é qualitativa, não quantitativa. Sendo assim, o governo tem como prioridade investir ainda mais na qualidade do ensino, na formação do professor, na sua capacitação, na sua remuneração, nos materiais com que trabalha em sala de aula.

A melhoria qualitativa do processo de ensino-aprendizagem precisa estar apoiada em orientações curriculares que, além de assegurar uma base nacional de conteúdo, apóie o trabalho do professor em sala de aula. Daí a formulação e disseminação dos Parâmetros e Referenciais Curriculares Nacionais para todos os níveis e modalidades do ensino básico (educação infantil, fundamental, média, de jovens e adultos e indígena), assim como pelo aprimoramento do Programa do Livro Didático e de Bibliotecas Escolares.

No tocante aos parâmetros e referenciais, foram entregues mais de 1,4 milhão de exemplares a todos os professores do ensino fundamental; outros 300 mil serão entregues nos próximos meses aos professores do ensino médio.

Por outro lado, em 1998 foram distribuídas às escolas 20 mil coleções da biblioteca do professor, constituída de obras de referência sobre a formação histórica, social e política do Brasil e, neste ano, estão sendo entregues outras 35 mil bibliotecas de literatura infanto-juvenil destinadas aos alunos do ensino fundamental.

### 3 - Ensino médio e tecnológico

Com relação ao ensino médio e tecnológico, a nova Lei de Diretrizes e Bases estabeleceu orientações que implicam profunda reformulação do sistema de ensino até então vigente. O ensino médio passou a integrar a educação básica (como sua última etapa, após a educação infantil e o ensino fundamental), formação mínima que todo brasileiro deve possuir, para desincumbir-se na esfera pessoal, no mundo do trabalho e nas relações sociais.

Conseqüentemente, o governo adotou, nos primeiros quatro anos, uma série de medidas de forma a preparar a reforma do ensino médio, que a partir deste ano está em fase de implantação nos Estados.

Foram elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação a partir de proposta encaminhada pelo Ministério da Educação, com caráter obrigatório para todas as escolas do país. Na seqüência, o Ministério produziu também os Parâmetros Curriculares, um conjunto de orientações e recomendações para apoiar o trabalho dos professores na nova concepção de ensino médio.

A reforma ganhou em outubro deste ano outro importante aliado: a TV Escola, que passou a veicular programas específicos voltados para os professores e estudantes do ensino médio, além dos dedicados ao ensino fundamental. É mais um recurso para ajudar na implantação da reforma e influir positivamente na formação do professor, em seu desenvolvimento pedagógico, na melhoria do ensino nas escolas.

A reforma estrutural profunda do ensino médio era inadiável porque o modelo deste ciclo, carente de identidade e desconectado das exigências do mundo moderno, não cumpria mais a função que dele se exige hoje: um transmissor flexível e dialético de conhecimento, que ensine o estudante a aprender, que o oriente em relação à vida prática, a uma carreira profissional e prepare-o para o imprescindível exercício da cidadania e da democracia. E que, como sugere a Lei de Diretrizes e Bases, ensine o jovem a utilizar novas tecnologias e formas de produzir bens, serviços e conhecimento.

Com a reforma em curso, o governo busca, além da adequação do ciclo às suas potencialidades e expectativas, expandi-lo com qualidade. A matrícula nesse nível de ensino cresceu 57% nos últimos cinco anos. O país tem hoje mais de 7,8 milhões de alunos no ensino médio e, segundo previsões do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), no ano de 2002 o ensino médio brasileiro terá 10

milhões de estudantes. E este crescimento tende a se acelerar, principalmente em função da correção do fluxo escolar no ensino fundamental.

Ao implantar a reforma, teremos substituído um modelo que faliu porque burocratizou a transmissão do conhecimento, valorizando a memória em vez do raciocínio e adotando como objetivo exclusivo preparar jovens para o exame de acesso ao ensino superior.

No desenho da reforma, o governo fez mudanças nos planos estrutural, didático-pedagógico e curricular. No primeiro caso, a principal novidade foi separar o ensino médio do curso técnico. Ambos existem agora independentes, sendo que o curso profissionalizante passou a ser complementar ao nível médio. Com essa providência, o ensino médio ganhou espaço para o papel que lhe é cabido, com mais condições de garantir a realização de uma das principais metas: universalizá-lo.

Na pedagogia do novo ensino médio, a escola encontra grande apoio nos Parâmetros Curriculares Nacionais, onde estão contidos dois conceitos vitais à reforma: interdisciplinaridade e contextualização. Com eles, o ensino, até então sem vida e fragmentado, passa agora a fazer sentido para o jovem. O primeiro conceito diz que as matérias devem perpassar os conteúdos umas das outras, conectando o saber. Ao contextualizar os conteúdos, a escola referencia-se na vivência do aluno, no seu meio social, associando o conhecimento à vida prática. Retira-se o jovem do papel passivo, fazendo de suas experiências pessoais, sociais e culturais a maior fonte do aprendizado.

Os conceitos resumem o espírito da reforma: tornar a escola um ambiente agregador onde o aluno se sinta valorizado, encaminhado, em aperfeiçoamento e orientando-se em relação ao seu futuro.

Nesse sentido destaca-se ainda a reorganização dos currículos. Na reforma, eles passam a desenvolver competências e habilidades do aluno, com ênfase no significado social e cultural do conhecimento, no domínio de procedimentos e de ferramentas básicas da ciência. É abordagem que se constitui num antídoto contra a repetência, a evasão ou a violência gerada pela cultura do fracasso escolar. Uma porcentagem de 75% do conteúdo curricular compõe uma base nacional comum, nas áreas de Linguagem/Códigos, Ciências da Natureza/Matemática, Ciências Humanas e respectivas tecnologias. As próprias escolas definem, com flexibilidade, as matérias e os temas que desejam lecionar, porém, desde que se relacionem a essas áreas e desenvolvam múltiplas aptidões no aluno.

Os restantes 25% do conteúdo serão definidos pelas próprias escolas, com base nas características socioeconômicas locais e regionais ou nos interesses da comunidade escolar. Com esta inovação, o aluno passa a ter maior liberdade na construção do seu próprio currículo.

Constitucionalmente, cabe aos estados a responsabilidade pela administração e o financiamento do ensino médio, e portanto pela implantação da reforma. Para realizá-la, porém, contarão com recursos e assistência técnica federais. O Ministério negocia o financiamento de US\$ 500 milhões do BID, para custear a qualificação e a formação de professores, a construção e a melhoria das instalações de prédios escolares, incluindo laboratórios e bibliotecas, dentre outras ações.

Ao mesmo tempo em que se implanta a reforma do ensino médio, o Ministério da Educação desenvolveu uma forma inovadora de avaliação do desempenho dos alunos concluintes deste ciclo. Trata-se do Exame Nacional do Ensino Médio, opcional e voluntário, o qual poderá ser uma alternativa de avaliação para o acesso ao ensino superior, substituindo ou complementando os processos seletivos adotados pelas universidades.

Os resultados do exame, privativos dos alunos, sinalizam as capacidades que possuem ou devem apurar para obter melhor desempenho no ensino superior ou técnico, enfrentar o mundo do trabalho e resolver problemas do dia-a-dia do mundo moderno. Mostram, por exemplo, se são capazes de dominar linguagens, de entender fenômenos naturais e sociais, de solucionar problemas, de construir argumentos.

Realizado pela primeira vez em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio tem tido aceitação crescente por instituições de ensino superior, o que mostra o acerto da decisão do governo ao criá-lo. O exame é utilizado hoje por mais de 80 instituições, como referencial de acesso à universidade, seja de modo isolado ou combinado ao vestibular tradicional. Para o governo, o exame é uma opção melhor de acesso porque suplanta a mera aferição do domínio de conteúdos curriculares (que podem ser memorizados), diagnosticando o que é importante: as competências e habilidades desenvolvidas pelo aluno no ciclo básico.

Paralelamente às mudanças de concepção no ensino médio, o Ministério deu início também à reforma da Educação Profissional, estabelecida a partir da Lei de Diretrizes e Bases. Além de ter sido desmembrada do ciclo médio, a educação profissional conta agora com cursos voltados às necessidades dos mercados de trabalho locais e regionais; uma estrutura curricular modularizada, o que permite ao aluno uma

educação recorrente, de permanente aprendizado; e conteúdos curriculares flexíveis, que consideram, inclusive, as preferências dos alunos.

Com a sua reorganização, a educação profissional ganhou condições de habilitar de fato para o exercício de ocupações, abandonando a preparação tímida, precária e desconectada das exigências do mercado, oferecida quando fazia parte do ensino médio. Outro ganho importante: com identidade própria, a educação profissional atrairá só jovens que desejam verdadeiramente atuar como técnicos. Acaba, assim, uma distorção do passado, quando, em busca da qualidade de ensino oferecida nas escolas técnicas de nível médio, havia uma procura muito grande de estudantes que não pretendiam se formar em cursos técnicos, mas sim - e apenas - preparar-se para o vestibular. Ficava de fora dessas escolas, no modelo anterior, uma grande quantidade de estudantes, em geral menos favorecidos economicamente, que planejavam fazer o curso profissionalizante, para poder, no curto prazo, atuar e ganhar a vida como técnicos.

Simultaneamente, o Ministério pôs em andamento um programa de expansão da educação profissional. Financiado pelo MEC e pelo Ministério do Trabalho, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o programa está destinando U\$ 500 milhões para reequipar escolas técnicas públicas e criar uma rede de escolas profissionalizantes comunitárias em parceria com municípios, entidades sindicais e associações. Até o momento, do conjunto de 98 projetos aprovados pelo Programa de Expansão da Educação Profissional, 36 foram apresentados por entidades comunitárias, com previsão de que a maioria comece a funcionar a partir de 2000.

O grande desafio do governo com referência ao ensino médio é implantar nacionalmente a reforma já em curso e garantir suporte para uma vertiginosa expansão, sustentada sobretudo na qualidade da oferta de ensino.

#### 4. Formação de professores

A melhoria da qualidade do ensino fundamental e também do ensino médio depende essencialmente do enfrentamento de outro desafio: a formação de professores. A Lei de Diretrizes e Bases determina que, até o ano 2007, todos os professores do ensino básico tenham formação superior. E o país tem hoje, atuando no ensino básico, 600 mil professores sem formação de nível superior. Além disso, a expansão esperada da rede de ensino médio irá exigir contingentes crescentes de professores em todas as áreas.

Sendo assim, grandes alterações estão sendo promovidas na organização do sistema de formação de professores, por intermédio de mudanças já aprovadas, ou em vias de selo, pelo Conselho Nacional de Educação. A conceituação dos institutos superiores de educação e do curso normal superior, a definição de programas especiais de formação pedagógica e a formulação de novas diretrizes curriculares para os cursos de Pedagogia e para as licenciaturas em geral são medidas que deverão produzir forte impacto a curto prazo.

Além dessas providências, o Ministério decidiu investir também na educação a distância, criando o Programa TV Escola. Veiculado em canal exclusivo via satélite, destina-se a promover a atualização do professor, pelo apoio sistemático ao seu trabalho em sala de aula. Na instalação do Programa, o governo capacitou 200 mil professores e, até este momento, 56.506 escolas estão equipadas e recebendo três horas de programação diária de alta qualidade. No ar há três anos, a TV Escola beneficia hoje cerca de 1 milhão de professores e 28 milhões de estudantes. Reconhecido, o Programa, captado em todos os estados, foi avaliado positivamente durante dois anos seguidos (1997 e 1998) por uma das mais importantes instituições, a Universidade de Campinas (Unicamp).

O governo segue também cada vez mais investindo em cursos a distância, de modo a viabilizar a qualificação dos professores em serviço. Alguns estados, com o apoio de universidades, também desenvolvem programas efetivos de qualificação em serviço que já atingem milhares de professores de suas redes de ensino.

## 5 - Ensino superior

Mudanças importantes vêm sendo introduzidas também no ensino superior, especialmente no que diz respeito à expansão do sistema e sua melhoria, à avaliação da graduação e ao apoio à expansão da pós-graduação. Em breve, o governo enviará ao Congresso projeto de lei que definirá as regras da autonomia administrativa, financeira e patrimonial às Instituições Federais de Ensino Superior, pois a considera essencial para que as universidades possam desempenhar de forma mais ágil e efetiva o seu papel.

A lei que criou o Conselho Nacional de Educação, ao definir suas competências, estabeleceu as bases para um novo sistema de credenciamento das instituições de ensino superior, baseado na flexibilidade do ensino e na avaliação da qualidade dos serviços prestados.

Inicialmente, o governo introduziu o credenciamento periódico das instituições e cursos, a partir de avaliações realizadas por meio de procedimentos específicos. Desde 1996 é realizado o Exame Nacional de Cursos, prestado pelos graduandos de diversos cursos. Com base nos resultados desse exame e também na Avaliação das Condições de Oferta, que é uma verificação *in loco da* estrutura operativa dos cursos, realizada por comissão de especialistas externos, o Ministério avalia a qualidade do ensino e decide se renova ou não o credenciamento das instituições e dos cursos.

O Ministério também diversificou o sistema, a partir da Lei de Diretrizes e Bases, regulamentando formas novas de organização acadêmica e societária. Estão em fase de aprovação no Conselho Nacional de Educação novas diretrizes curriculares para a graduação, substituindo os currículos mínimos em vigor.

Apesar de o projeto de lei da autonomia universitária estar ainda em fase de discussão, algumas medidas importantes já foram adotadas: 1) definiram-se novas normas para escolher dirigentes e compor órgãos colegiados, aumentando o peso relativo de professores, especialmente os mais qualificados; 2) priorizou-se o ensino de graduação, com investimentos de mais de R\$ 100 milhões em bibliotecas, computadores e infraestrutura de informatização. Está em fase final licitação internacional para adquirir US\$ 300 milhões em equipamentos para laboratórios de graduação e hospitais universitários; 3) estabeleceu-se uma gratificação de estímulo à docência. Os professores agora podem ter até 50% de melhoria em sua remuneração, conforme o número de horas-aula e a avaliação de sua produção científica e de seu desempenho. A qualificação média do corpo docente aumentou, passando de 22% para 29%) a proporção de doutores.

As dificuldades são mais complexas no ensino superior do que nos demais níveis de ensino, assim como são maiores as resistências corporativas às mudanças, como se viu na implantação do novo sistema de avaliação de cursos de graduação, hoje uma realidade, e na redefinição do marco legal para a definição do projeto de autonomia financeira e administrativa das universidades federais, ainda sob debate pela sociedade.

A autonomia das universidades, como está sendo proposta pelo governo, põe fim a um modelo de administração burocratizado que emperra a gestão adequada das atividades de ensino, pesquisa, extensão e demais serviços, permitindo que aprimorem e expandam a sua oferta. Elimina sobretudo entraves à elaboração do orçamento, ao ágil uso produtor de recursos e especialmente à administração de pessoal.

Em linhas gerais, as universidades assumirão responsabilidade direta por sua gestão, pela elaboração e execução de seu orçamento. E continuarão, como consagra a Constituição Federal, instituições públicas e gratuitas. O projeto define uma base de financiamento otimizada, ao mesmo tempo em que passa a dispensar tratamento igual às instituições quanto ao acesso aos recursos do orçamento. No sistema, já em vigor, os recursos são alocados de acordo com o número de alunos e de concluintes, o número e a qualidade das pesquisas, o atendimento hospitalar e demais serviços. As universidades definirão também seus próprios planos de carreira e progressão, com provimento de empregos e salários correspondentes. Também serão criadas gratificações aplicáveis aos diversos empregos, com a universidade fixando critérios dessa concessão, de modo a inserir uma política ativa de recursos humanos.

No rumo da autonomia universitária, o governo continuará a priorizar o ensino de graduação, expandir a matrícula nas redes pública e privada, diversificar a oferta e as oportunidades de acesso, reorganizar currículos e ampliar o financiamento a alunos carentes. Mesma postura conservará quanto à manutenção da avaliação vigente e ao aprimoramento da supervisão.

Nesse sentido o setor público, notadamente o federal, não pode prescindir da continuidade de investimentos em infra-estrutura e da efetivação de um modelo de autonomia universitária que melhore seu atendimento social.

O governo pretende ainda estreitar relações com o setor produtivo e redefinir políticas de inovação tecnológica, integrando a universidade ao desenvolvimento regional. A competitividade do país e a melhoria da qualidade de vida devem estar integradas à política para o ensino superior.

## 6. Informação e avaliação

Mudanças extremamente importantes ocorreram nos campos da informação e da avaliação, que neste governo adquiriram alta qualidade de serviços, tornando-se referência indispensável ao planejamento e à execução das políticas públicas do Ministério. Em razão delas o país inseriu-se nos sistemas internacionais de informação e avaliação, o que permite um diagnóstico preciso da situação brasileira em relação a de outros países.

O aprimoramento ocorreu a partir da transformação em autarquia independente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), que passou a responder por todo o sistema de captação, avaliação e armazenamento de informações a respeito de toda a área educacional.

Nesse sentido o Inep responde hoje pela realização de todos os Censos, o Censo Escolar Anual do ensino básico (infantil, fundamental e médio), do ensino especial, da educação profissional, da educação de jovens e adultos, do ensino superior e o Censo do Professor, divulgando resultados no ano da coleta. A qualidade do trabalho feito pelo Inep conquistou reconhecimento internacional, como ocorre com o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb), que avalia o desempenho dos alunos do ensino fundamental e médio, identificado como um dos mais sofisticados processos de avaliação do rendimento escolar.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), realizado pela segunda vez em 1999, tende a se firmar como mais um instrumento importante de avaliação de desempenho dos alunos e das escolas, que virá somar informações aos resultados do Saeb. No ensino superior, o Exame Nacional de Cursos, que chegou à sua quarta edição neste ano, se consolida como importante mecanismo de avaliação dos cursos superiores de graduação, com repercussão importante - e já notável - sobre os procedimentos das instituições de ensino. Os resultados do exame, associados à avaliação das condições de oferta de cursos, esta feita por comissões de especialistas designadas pelo MEC, já se fazem refletir sobre os processos de renovação do reconhecimento dos cursos avaliados, como se pretendia desde 1995.

## 7 - Os resultados

Longe de onde gostaríamos de estar, mas muito melhor do que estávamos. Essa frase resume os resultados dos primeiros cinco anos da política do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, na Educação. O país exibe ainda um ensino fundamental caracterizado pela elevada distorção idade/série, fruto de taxas elevadas de repetência que marcaram profundamente o sistema, e uma baixa abrangência no ensino médio. Apesar de o país ter 9 milhões de jovens de 15 a 17 anos no sistema de educação básica, apenas 32% estão no ensino médio. Entretanto, verificam-se avanços no ensino brasileiro nos últimos cinco anos, revelados em censos educacionais, particularmente com relação a quatro aspectos relevantes.

1) Em primeiro lugar, houve enorme expansão do sistema, com o aumento significativo do acesso de crianças e jovens à educação. A população de 7 a 14 anos no ensino fundamental passou de 89% a 96,1%, de 1994 a 1999, uma conseqüência direta do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e do Programa Toda Criança na Escola, que juntou Poderes Públicos federal, estaduais, municipais e comunidade numa campanha para matricular crianças que estavam fora da escola. As taxas de crescimento foram diferenciadas. No segmento de 1ª a 4ª séries a expansão foi lenta, 4,7% nos últimos cinco anos, registrando-se inclusive queda na matrícula em 1999, um bom sinal. De fato, nas primeiras quatro séries o país ainda apresenta uma concentração grande de alunos de cerca de 60% em relação ao total de crianças de 7 a 10 anos, fruto, como já dito, das enormes taxas de repetência do passado. Se o sistema continuar melhorando qualitativamente, espera-se que a matrícula nas primeiras séries continue a reduzir-se, refletindo a promoção de alunos para a 5ª série maior do que o ingresso de novos alunos na 1ª série. O segmento de 5ª a 8ª séries expandiu-se em cerca de 27% no período 1994/1999, mostrando não apenas a cobertura maior da população no ensino fundamental como também a melhoria qualitativa nesse nível de ensino, com a tendência clara a uma acelerada correção da distorção idade/série.

O dado mais significativo é mostrado pela evolução da matrícula no ensino médio, que se expandiu vertiginosamente: 57%, de 1994 a 1999. Apenas no último ano a expansão foi de 11,5%, chegando, em alguns estados, como Minas Gerais, a 24%. Há mais jovens concluindo o ensino fundamental; mais alunos estão fazendo-o com menos idade, em condições, portanto, de dar continuidade aos estudos; aumentou a demanda jovem por maior escolaridade, até por exigência de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Esses três fatores explicam aquela impressionante expansão.

2) Nos últimos cinco anos reduziram-se significativamente as diferenças regionais no acesso à educação e na sua qualidade. Tomando-se os mesmos indicadores já analisados para o conjunto do país - crescimento da matrícula de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries, de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries e no ensino médio - nota-se uma expansão da educação nas regiões Nordeste e Norte bem acima da média nacional. Os indicadores globais referentes à cobertura dos sistemas de ensino fundamental e médio ainda são inferiores à média nacional nas duas regiões. Sua evolução, muito mais favorável nos últimos anos, mostra, porém, que essas diferenças estão se reduzindo rapidamente. É especialmente relevante observar esse fenômeno em relação ao Nordeste, que sempre mostrou indicadores muito inferiores à média nacional. De 1994 para cá o ensino fundamental na região cresceu 27,2% contra 13% no conjunto do país; a matrícula de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries cresceu 49% contra 27%, e no ensino médio, 62% no Nordeste contra 57% no conjunto do país. Além disso, os dados do Sistema de Avaliação do Ensino Básico mostram uma evolução extremamente positiva no índice de competência dos alunos de 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> série do ensino fundamental e do terceiro ano do ensino médio. Novamente: os índices absolutos ainda são inferiores às médias nacionais, mas evoluíram acima da média no período de 1995 a 1997.

3) Seguindo o preconizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, houve um forte processo de "municipalização" do ensino fundamental e de "estadualização" do ensino médio. Em 1997 havia 18 milhões de alunos nas escolas estaduais de ensino fundamental e 12 milhões na rede municipal. Em 1999 há 16 milhões tanto em escolas estaduais quanto em municipais. Por outro lado, frente ao aumento de 57% nas matrículas de ensino médio desde 1994, a expansão da matrícula na rede estadual foi de 74% no mesmo período.

4) No ensino superior, após um longo período de estagnação no número de alunos, a partir de 1994 o processo de expansão do sistema foi retomado, registrando um incremento de 424 mil matrículas em apenas quatro anos, alcançando mais de 2,1 milhões de alunos em 1998, um acréscimo de 28%. A matrícula no ensino superior cresceu, em termos absolutos, nestes últimos quatro anos, mais que nos 14 anos anteriores. Esse crescimento, além de expressivo quantitativamente, incorporou uma nova e importante característica: a rede pública retoma seu dinamismo, ampliando em 28% sua oferta de vagas nos últimos quatro anos.

Por outro lado, o crescimento do setor privado passou a ocorrer subordinado a padrões de qualidade, como resultado da articulação dos procedimentos de supervisão e avaliação. Registre-se também que cerca de um terço do crescimento da oferta no segmento privado se deu nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, um significativo movimento de interiorização e correção dos desequilíbrios regionais do sistema.

Na pós-graduação, o aumento foi também expressivo: o número de alunos passou de 43,1 mil para 50,8 mil no mestrado e de 15,9 mil para 26,7 mil no doutorado, de 1995 a 1998. O número de cursos de mestrado aumentou de 1.159 para 1.339, e o de doutorados, de 616 para 727, no mesmo período.

Com isso o Brasil está formando 12,5 mil mestres e 3,9 mil doutores por ano, números significativos para as dimensões do sistema de ensino superior. Também na pós-graduação é de destacar a expansão significativa que vem ocorrendo nas regiões Norte e Nordeste, melhorando a distribuição regional da oferta.

O sistema de avaliação está plenamente implantado. O Exame Nacional de Cursos foi realizado pelo quarto ano consecutivo, abrangendo em 1999 os cursos de treze diferentes áreas e um total de 173 mil alunos. Os indicadores de qualificação do corpo docente para todas as instituições estão disponíveis, bem como o resultado do Censo do Ensino Superior. Estão disponíveis também as informações relativas à infra-estrutura acadêmica de cada instituição.

Longe de onde poderia estar, mas já com um destino no horizonte. Com essa visão, o governo brasileiro mantém-se decidido em suas ambições, dentre elas garantir 100% das crianças e jovens na escola, e com ensino de qualidade. É uma tarefa de todos, poder público nos três níveis, sociedade organizada, setor privado e comunidade. Com todos na escola, aprendendo e progredindo, o Brasil estará trilhando o verdadeiro caminho para combater a pobreza e alcançar uma sociedade justa e solidária.

Os dados mostrados a seguir demonstram claramente os avanços conseguidos nos últimos anos, tanto do ponto de vista do crescimento quantitativo do sistema educacional, como da melhoria dos indicadores do seu desempenho.

## 7.1 - Redução do analfabetismo e aumento do número médio de anos de estudo

O analfabetismo é freqüentemente apontado como uma das principais evidências do atraso educacional do País, sobretudo em comparações internacionais. De fato, a despeito da sensível redução verificada nas últimas décadas, o Brasil segue exibindo uma das taxas de analfabetismo mais elevadas da América Latina na população com 15 anos ou mais de idade: era de 20,1% em 1991, e caiu para 14,7% em 1997, o que corresponde em números absolutos a cerca de 15,8 milhões de pessoas, contingente superior à população total da maioria dos países da região.

Nos anos 90, o País avançou na superação deste quadro, intensificando o esforço de universalização do ensino fundamental. Esta política promoveu um declínio acelerado do analfabetismo nos grupos etários mais jovens, imprimindo-lhe um forte viés geracional.

As taxas de analfabetismo entre a população com até 29 anos de idade vêm regredindo anualmente. Na faixa etária de 15 a 19 anos, o recuo foi de 12,2%, em 1991, para 6%, em 1997. Na faixa etária de 20 a 24 anos, a queda no período foi de 12,2% para 7,1%, e na faixa de 25 a 29 anos, a queda foi de 12,7% para 8,1%.

A redução do número de analfabetos foi mais expressiva entre as mulheres. A população feminina de 15 a 19 anos apresentava uma taxa de analfabetismo de 9%, em 1991. Em 1997, a taxa era de 4%. Entre as mulheres na faixa etária de 20 a 24 anos, a taxa recuou de 10,5% para 5,5%, e no grupo entre 25 e 29 anos, o recuo foi de 11,5% para 6,4%. Apesar desta redução, observa-se uma forte tendência de regionalização do analfabetismo e da sua concentração nas áreas rurais e periféricas dos grandes centros urbanos.

Até o final dos anos 80, os homens estavam em vantagem em termos de média de anos de estudo. Esta posição se inverteu na década de 90, quando as mulheres melhoraram mais rapidamente o seu perfil educacional. Com efeito, no período de 1990 a 1996, a média de anos de estudo aumentou de 5,1 para 5,7 entre os homens e de 4,9 para 6,0 entre as mulheres, o que indica que elas deram um salto de quase um ano enquanto eles avançavam meio ano.

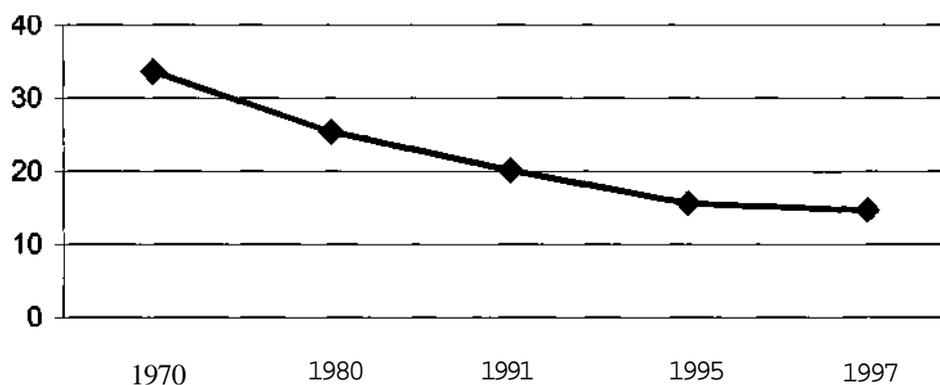
**Tabela 1**  
**População de 15 anos ou mais de idade por situação de alfabetização**  
**segundo grupos de idade e sexo**  
**Brasil 1997**

Sexo	Total	15a 19 anos	População de 15 anos ou mais					50 anos ou mais
			20 a 24 anos	por Grupos de Idade			40 a 49 anos	
				25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos		
<b>Total</b>	<b>108.025.650</b>	<b>16.580.383</b>	<b>13.454.058</b>	<b>12.303.375</b>	<b>23.245.389</b>	<b>17.601.643</b>	<b>24.840.802</b>	
Não Alfabetizada	15.883.372	941.773	960.560	1.058.705	2.382.562	2.683.390	7.856.382	
Taxa Analfabetismo %	14,7	5,7	7,1	8,6	<b>10,2</b>	15,2	31,6	
<b>Homens</b>	<b>52.043.984</b>	<b>8.312.899</b>	<b>6.667.807</b>	<b>5.955.295</b>	<b>11.197.194</b>	<b>8.421.656</b>	<b>11.489.133</b>	
Não Alfabetizada	7.608.924	637.555	599.186	623.931	1.255.761	1.227.800	3.264.691	
Taxa Analfabetismo %	14,6	7,7	9,0	10,5	11,2	<b>14,6</b>	28,4	
<b>Mulheres</b>	<b>55.981.666</b>	<b>8.267.484</b>	<b>6.786.251</b>	<b>6.348.080</b>	<b>12.048.195</b>	<b>9.179.987</b>	<b>13.351.669</b>	
Não Alfabetizada	8.274.448	304.218	<b>361.374</b>	434.774	1.126.801	1.455.590	4.591.691	
Taxa Analfabetismo %	14,8	3,7	<b>5,3</b>	6,8	9,4	15,9	<b>34,4</b>	

Fonte: IBGE - PNAD 1996/1997

(\*) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

**Gráfico 1**  
**Taxa de Analfabetismo na População com 15 anos ou mais de Idade**  
**Brasil 1970/1997**



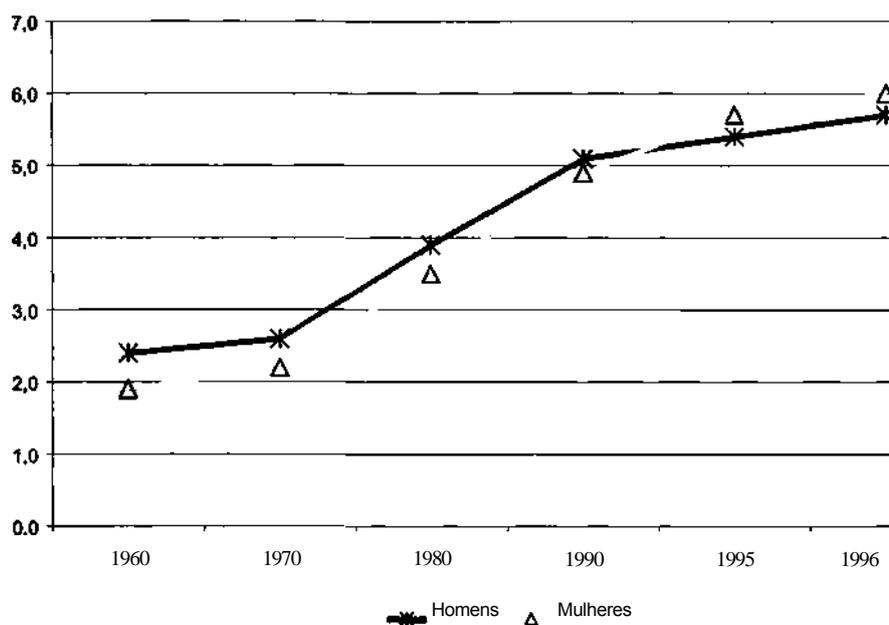
Fonte: INEP/MEC

**Tabela 2**  
**Número Médio de Anos de Estudo de Pessoas de 10 anos ou mais de Idade**  
**Brasil 1960/1996**

Ano	Sexo	
	Homens	Mulheres
1960	2,4	1,9
1970	2,6	2,2
1980	3,9	3,5
1990	5,1	4,9
1995 <sup>(1)</sup>	5,4	5,7
1996 <sup>(1)</sup>	5,7	6,0

Fonte: Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil, 1996; PNUD/IPEA, 1996. Nota: Dados de 1995 e 1996 calculados pelo MEC/INEP/SEEC com base na PNAD de 1995 e 1996 (1) - Excluída a população rural na RO, AC, AM, RR, PA e AP

**Gráfico 2**  
**Número Médio de Anos de Estudo de Pessoas de 10 anos ou mais de Idade**  
**Brasil 1960-1996**



## 7.2 - Crescimento da matrícula por nível de ensino

O Brasil possui 52,2 milhões de alunos matriculados na escola, neste ano, incluindo todos os níveis e modalidades de ensino, exceto o superior, de acordo com os dados preliminares do Censo Escolar de 1999- Incluindo o nível superior, são 54,3 milhões de alunos, cerca de 1/3 da população brasileira. As escolas do setor público atendem agora a 45,8 milhões de alunos na educação básica (infantil, fundamental e média), ou seja, 87,8% do total.

No período de 1994 a 1999, o crescimento da matrícula foi maior no ensino médio. Neste nível, a expansão atingiu 57,3%, uma média de 11,5% ao ano. O ensino superior também se expande de forma acelerada: o número de alunos matriculados em cursos de graduação saltou 28% no período de 1994 a 1998, resultando numa média de 7% ao ano.

A matrícula no ensino fundamental, por sua vez, cresceu 13%, de 1994 a 1999, sendo que neste ano o ritmo foi bem menor, 1,1%. Com isso, o Brasil alcançou, em 1999, uma taxa de escolarização líquida de 95,5% na faixa etária de 7 a 14 anos.

Neste ano, pela primeira vez, o Censo Escolar registrou variação negativa da matrícula do ensino fundamental, de 1,5% nas quatro séries iniciais, e variação positiva, de 4,8% nas quatro séries finais. A redução do estoque de matrícula nas séries iniciais já estava prevista, pois estas séries retinham um contingente muito grande de alunos. Agora, com a melhoria do fluxo escolar, estes alunos estão progredindo de série. Este comportamento da matrícula sinaliza, também, uma tendência de mudança do perfil demográfico das regiões.

Os dados do Censo Escolar demonstram ainda que, excluídas as classes de alfabetização, que estão sendo suprimidas desde a implantação da nova LDB e da lei do Fundef, a matrícula na pré-escola voltou a se expandir neste ano, recebendo 120 mil novos alunos e registrando um aumento de 2,9%.

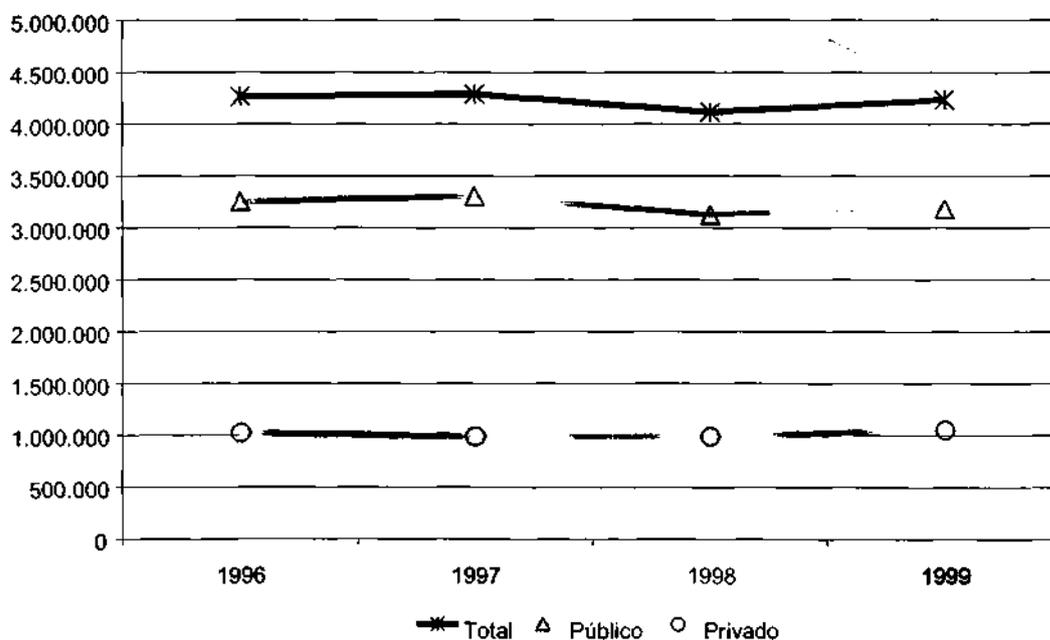
**Tabela 3**  
**Educação Infantil (Pré-Escola) - Matrícula Inicial por Dependência Brasil**  
 1996/1999

Ano	Matrícula por Dependência				
	Total	Público	%	Privado	%
1996	4.270.376	3.250.889	76,1	1.019.487	23,9
1997	4.292.208	3.304.776	77,0	987.432	23,0
1998	4.111.120	3.123.496	76,0	987.624	24,0
1999 <sup>(1)</sup>	4.230.243	3.180.379	75,2	1.049.864	24,8
<b>Taxa de Cresc.</b>	-0,9%	-2,2%		3,0%	

Fonte: INEP/MEC

Nota: (1) - dados preliminares

**Gráfico 3**  
**Educação Infantil (Pré-Escola) - Matrícula Inicial por Dependência Administrativa**  
 Brasil 1996/1999



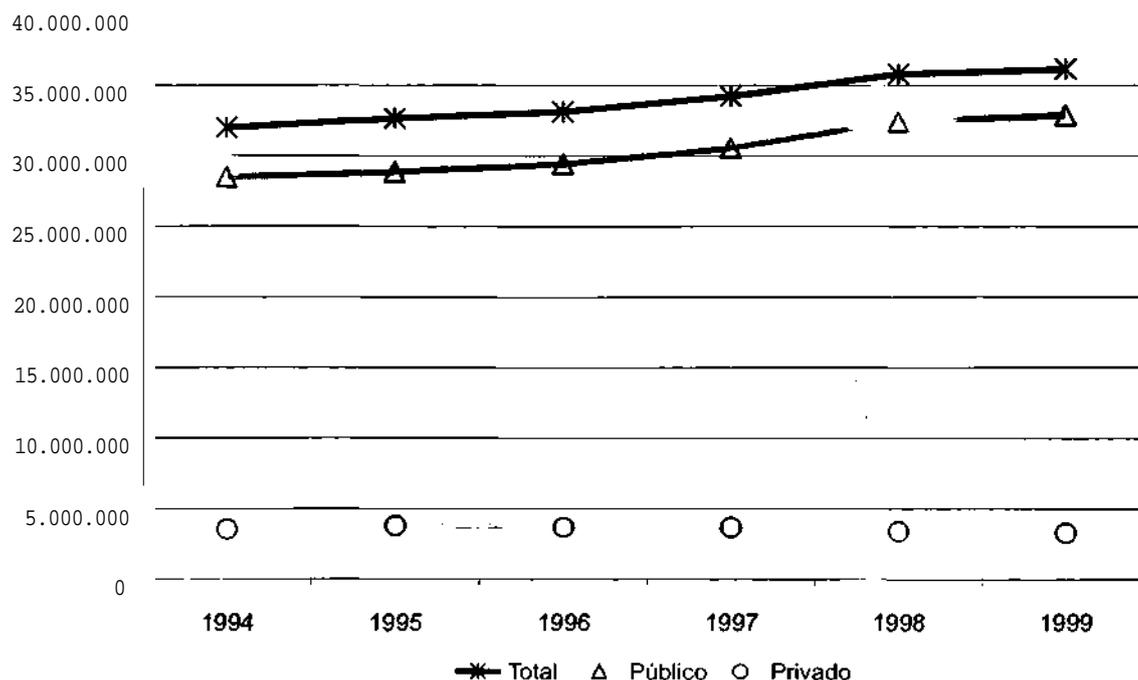
**Tabela 4**  
**Ensino Fundamental - Matrícula Inicial por Dependência Administrativa**  
**Brasil 1994/1999**

Ano	Total	Matrícula por Dependência		%	%
		Público	Privado		
1994 <sup>(1)</sup>	32.008.051	28.486.693	89,0	3.521.358	11,0
1995 <sup>o</sup>	32.668.738	28.870.159	88,4	3.798.579	11,6
1996	33.131.270	29.423.373	88,8	3.707.897	11,2
1997	34.229.388	30.565.641	89,3	3.663.747	10,7
1998	35.792.554	32.409.205	90,5	3.383.349	9,5
1999 <sup>(2)</sup>	36.170.643	32.892.246	90,9	3.278.397	9,1
<b>1999 Taxa de</b>	<b>13,0%</b>	<b>15,5%</b>		<b>-6,9%</b>	

**Cresc. 94/99**

Fonte: INEP/MEC Notas: (1) - dados estimados (2) - dados preliminares

**Gráfico 4**  
**Ensino Fundamental - Matrícula Inicial por Dependência Administrativa**  
**Brasil 1994/1999**

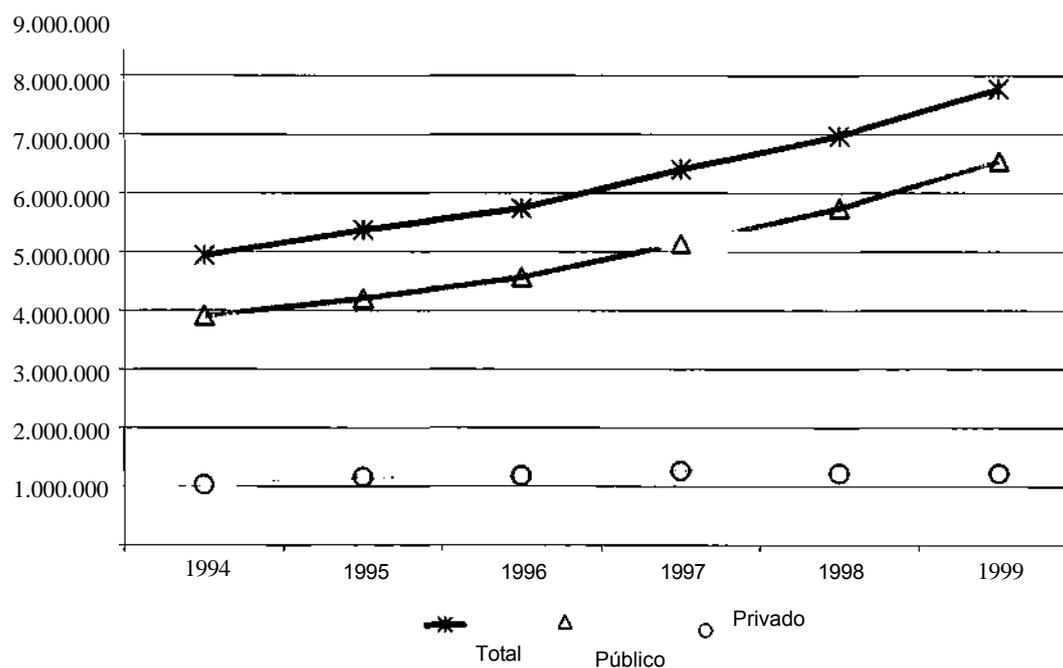


**Tabela 5**  
**Ensino Médio - Matrícula Inicial por Dependência Administrativa Brasil**  
**1994/1999**

Ano	Matrícula por Dependência Administrativa				
	Total	Público	%	Privado	%
1994 <sup>(1)</sup>	4.936.211	3.905.872	79,1	1.030.339	20,9
1995 <sup>(1)</sup>	5.374.831	4.210.558	78,3	1.164.273	21,7
1996	5.739.077	4.562.558	79,5	1.176.519	20,5
1997	6.405.057	5.137.992	80,2	1.267.065	19,8
1998	6.968.531	5.741.890	82,4	1.226.641	17,6
1999 <sup>(2)</sup>	7.767.091	6.542.913	84,2	1.224.178	15,8
<b>Taxa de Cresc. 94/99</b>	<b>57,3%</b>	<b>67,5%</b>		<b>18,8%</b>	

Fonte: INEP/MEC Notas: (1)- dados estimados (2) - dados preliminares

**Gráfico 5**  
**Ensino Médio - Matrícula Inicial por Dependência Administrativa Brasil**  
**1994/1999**

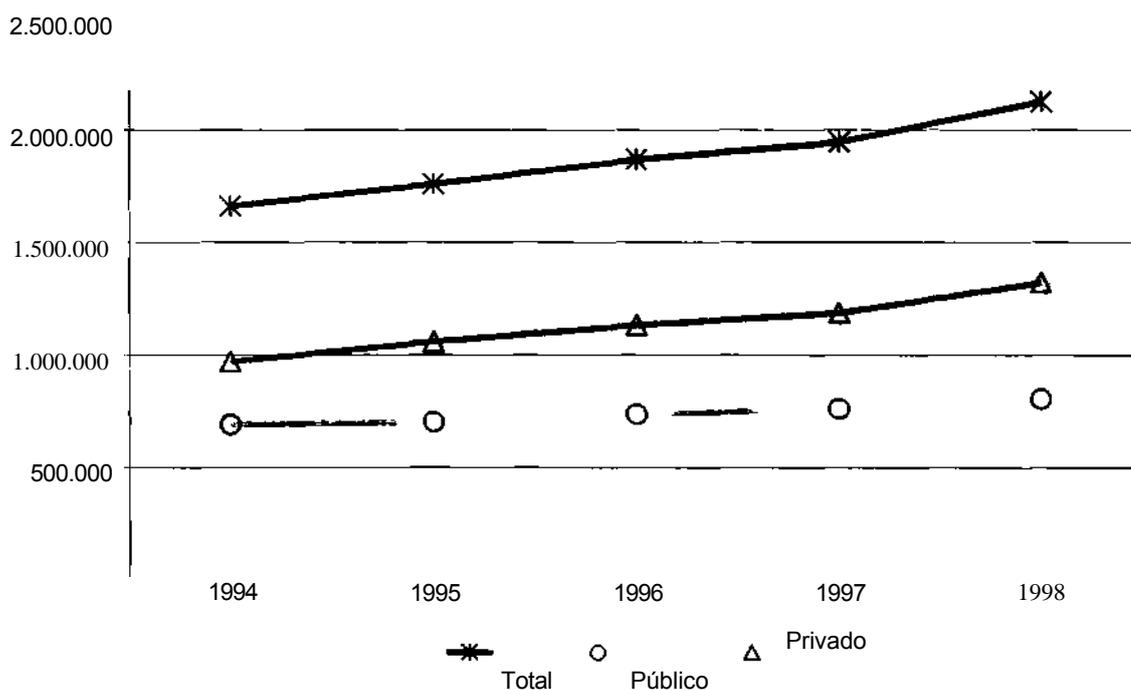


**Tabela 6**  
 Ensino Superior - Matrícula Inicial por Dependência Administrativa  
 Brasil 1994/1998

Ano	Matrícula por Dependência Administrativa				
	Total	Público	%	Privado	%
1994	1.661.034	690.450	41,6	970.584	58,4
1995	1.759.703	700.540	39,8	1.059.163	60,2
1996	1.868.529	735.427	39,4	1.133.102	60,6
1997	1.945.615	759.182	39,0	1.186.433	61,0
1998	2.125.958	804.729	37,9	1.321.229	62,1
<b>Taxa de Cresc. 94/98</b>	<b>28,0%</b>	<b>16,6%</b>		<b>36,1%</b>	

Fonte: INEP/MEC

**Gráfico 6**  
 Ensino Superior - Graduação - Matrícula Inicial por Dependência Administrativa  
 Brasil 1994/1998



### 7.3 - Evolução das taxas de escolarização

Nos últimos cinco anos, o Brasil deu um salto importante no atendimento escolar. O percentual de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos que freqüenta o ensino fundamental passou de 89,1%, em 1994, para 95,5% em 1999- Esta taxa indica que o País está perto de colocar todas as crianças na escola. Consideradas as crianças nessa idade que estudam nos demais níveis de ensino, a taxa de atendimento escolar já atinge 96,2%.

Avançar ainda mais implica trazer para o sistema as crianças que se encontram em situação de risco e melhorar a qualidade do ensino, tarefa esta que os três níveis de governo vêm se empenhando em cumprir.

A prioridade dada nos últimos anos ao ensino fundamental está contribuindo para alavancar os índices de escolaridade nos demais níveis de ensino. No mesmo período, a taxa de escolarização líquida da população de 15 a 17 anos, que retrata o percentual de matriculados no ensino médio, evoluiu de 22,7% para 32,6%, um aumento relativo de 9,9%. A matrícula no ensino médio se expande com rapidez, sinalizando que o País poderá dobrar este índice até o final da Década da Educação, em 2007.

O ensino superior também está crescendo com velocidade, embora o percentual de graduandos entre 20 e 24 anos seja muito pequeno se comparado com a população nesta idade. O índice aumentou de 5,5%, em 1994, para 6,7%, em 1998.

Em 1999, o número total de alunos matriculados em cursos de graduação, independentemente da idade, corresponde a cerca de 15% da população de 20 a 24 anos, longe ainda de alcançar a meta estipulada pelo Plano Nacional de Educação, em tramitação na Câmara dos Deputados, que é de elevar a taxa de escolarização bruta para 30% nos próximos 10 anos, mas recuperando um ritmo de expansão só observado na década de 70.

A taxa de escolarização no ensino superior brasileiro poderia ser mais elevada, se não fosse a incidência de altos índices de repetência e evasão, que retêm os alunos nos níveis anteriores, atrasando o ingresso na universidade.

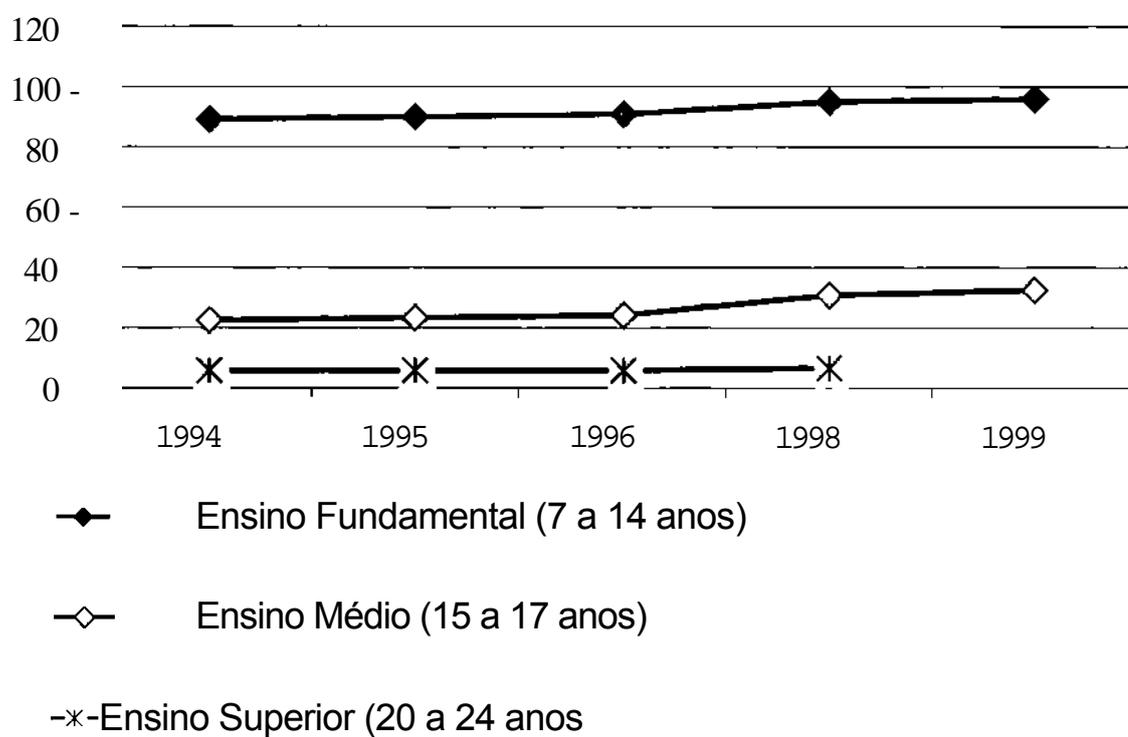
**Tabela 7**  
Taxa de Escolarização Líquida (%)  
Brasil 1994/1999

Ano	Nível de Ensino		
	Ensino Fundamental (7 a 14 anos)	Ensino Médio (15 a 17 anos)	Ensino Superior - Graduação (20 a 24 anos)
1994	89,1	22,7	5,5
1995	90,0	23,5	5,8
1996	90,8	24,4	6,2
1998	95,3	30,8	6,7
1999 <sup>(1)</sup>	95,5	32,6	-
<b>Varição 94/99</b>	<b>6,4</b>	<b>9,9</b>	<b>1,2<sup>(2)</sup></b>

Fonte: INEP/MEC

Notas: (1) - dados estimados - (2) Variação de 94/98

**Gráfico 7**  
Taxa de Escolarização Líquida (%)  
Brasil 1994/1999



**Tabela 8**

Taxa de Escolarização Bruta (%)  
Brasil 1994/1999

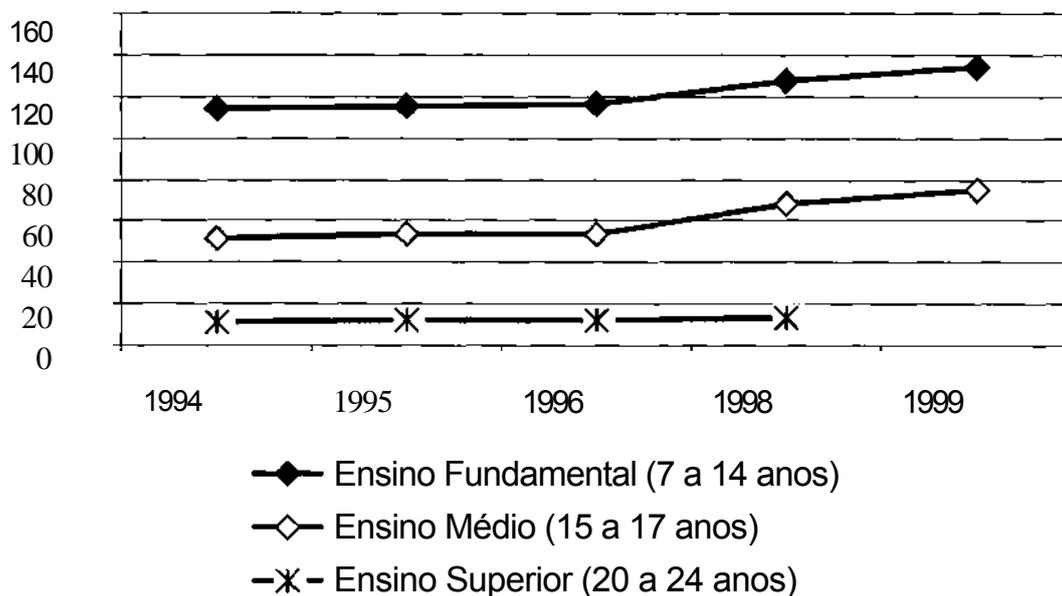
Ano	Nível de Ensino		
	Ensino Fundamental (7 a 14 anos)	Ensino Médio (15 a 17 anos)	Ensino Superior Graduação (20 a 24 anos)
1994	113,6	51,6	<b>11,6</b>
1995	114,9	53,5	12,1
1996	116,1	55,3	<b>12,7</b>
1998	128,1	68,1	<b>13,6</b>
1999 (1)	134,2	74,8	-
<b>Variação 94/99</b>	20,6	23,2	2,0 <sup>(2)</sup>

Fonte: INEP/MEC

Notas: (1) Dados Preliminares - (2) Variação de 94/98

**Gráfico 8**

Taxa de Escolarização Bruta (%)  
Brasil-1994/1999



## 7.4 - Melhoria do fluxo escolar e diminuição da distorção idade/série

O Brasil também está melhorando as taxas de transição no ensino fundamental, apesar de a distorção idade/série continuar elevada (46,6%). A taxa de promoção evoluiu de 64,5%, em 1995, para 72,7%, em 1997, enquanto, no mesmo período, as taxas de repetência e evasão diminuíram de 30,2% para 23,4% e de 5,3% para 3,9%, respectivamente.

No ensino médio, apesar de a taxa de distorção idade/série permanecer alta (53,9%), confirma-se a tendência já verificada no ensino fundamental, de aumento da promoção e de queda da repetência e da evasão. A taxa de promoção variou de 65% em 1995, para 74,5% em 1997. No mesmo período, o índice de repetência caiu de 26,7% para 18,7%, e o de evasão regrediu de 8,3% para 6,8%.

Vale destacar que esta tendência é observada em todas as regiões e em todas as unidades da Federação. A melhoria do fluxo escolar está sendo agilizada com a implantação dos ciclos, em alguns estados, e com a expansão das classes de aceleração de aprendizagem, em outros. Ou com os ciclos e as classes de aceleração juntos.

A diminuição da repetência e da evasão provocará, inevitavelmente, uma redução das taxas de distorção idade/série. Para se ter uma idéia, em 1998, 24% dos 35,8 milhões de alunos do ensino fundamental possuíam 15 anos ou mais de idade e já poderiam estar cursando o ensino médio. Dos alunos do ensino médio, 3,7 milhões já possuíam 18 anos ou mais de idade e poderiam estar cursando o ensino superior.

Obrigando o aluno a repetir sucessivamente a série não contribui para melhorar seu aprendizado. A conclusão pode ser feita a partir da análise dos resultados das avaliações da educação básica, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a Avaliação de Concluintes do Ensino Médio e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Estas avaliações confirmam: quanto maior é a distorção série/idade dos alunos pior é o seu desempenho. Um aluno que conclui o ensino fundamental aos 18 anos, após uma série de reprovações, tem rendimento médio inferior ao do aluno que conclui as oito séries na idade adequada, ou seja, aos 14 anos.

Para mudar este quadro, é preciso acabar com a "cultura da repetência", que continua muito enraizada na escola e na sociedade brasileira. Há uma crença disseminada em que a repetência é benéfica e irá favorecer o aprendizado dos alunos. Mas isso é um equívoco. As reprovações sistemáticas são um desastre para o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos.

### Tabela 9

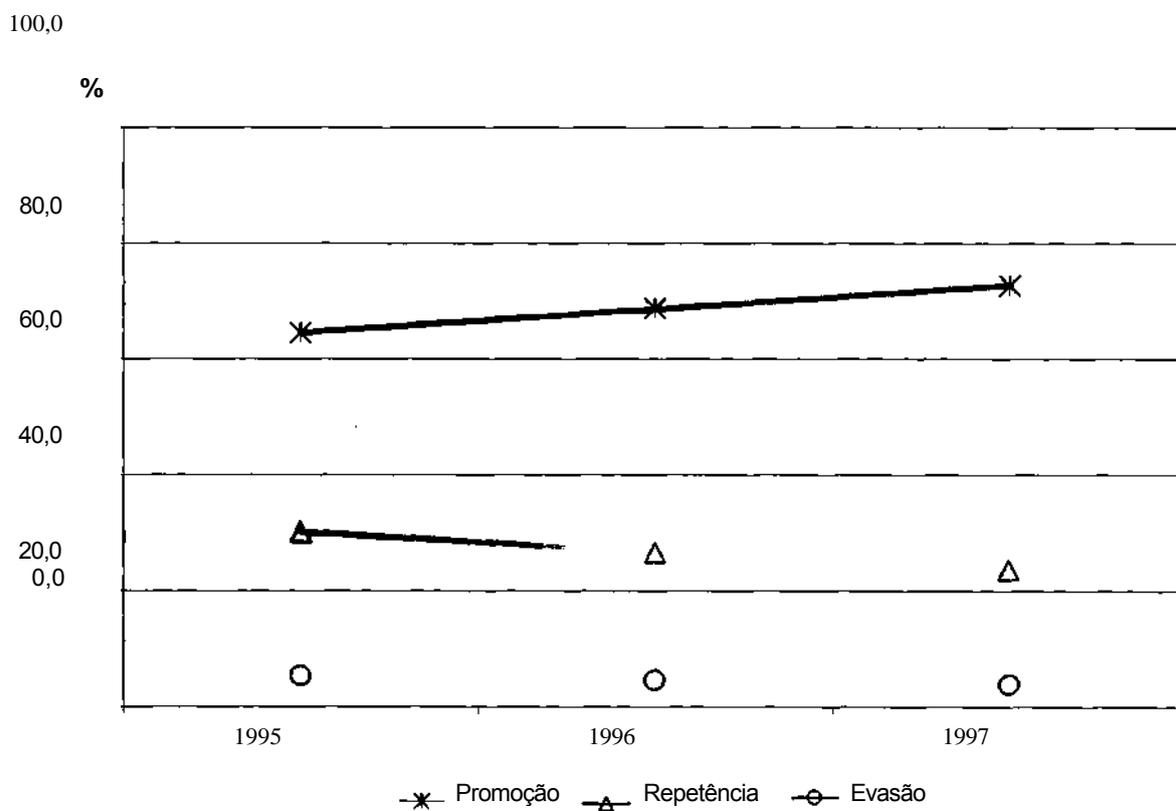
Ensino Fundamental - Taxas Médias Ponderadas de Promoção, Repetência e Evasão (%)  
Brasil-1995/1997

Ano	Taxa Média Ponderada		
	Promoção	Repetência	Evasão
1995	64,5	30,2	5,3
1996	68,8	26,6	4,6
1997	72,7	23,4	3,9
<b>Variação 95/97</b>	<b>8,2</b>	<b>-6,8</b>	<b>-1,5</b>

Fonte: INEP/MEC

### Gráfico 9

Ensino Fundamental - Taxas Médias Ponderadas de Promoção, Repetência e Evasão (%)  
Brasil-1995/1997

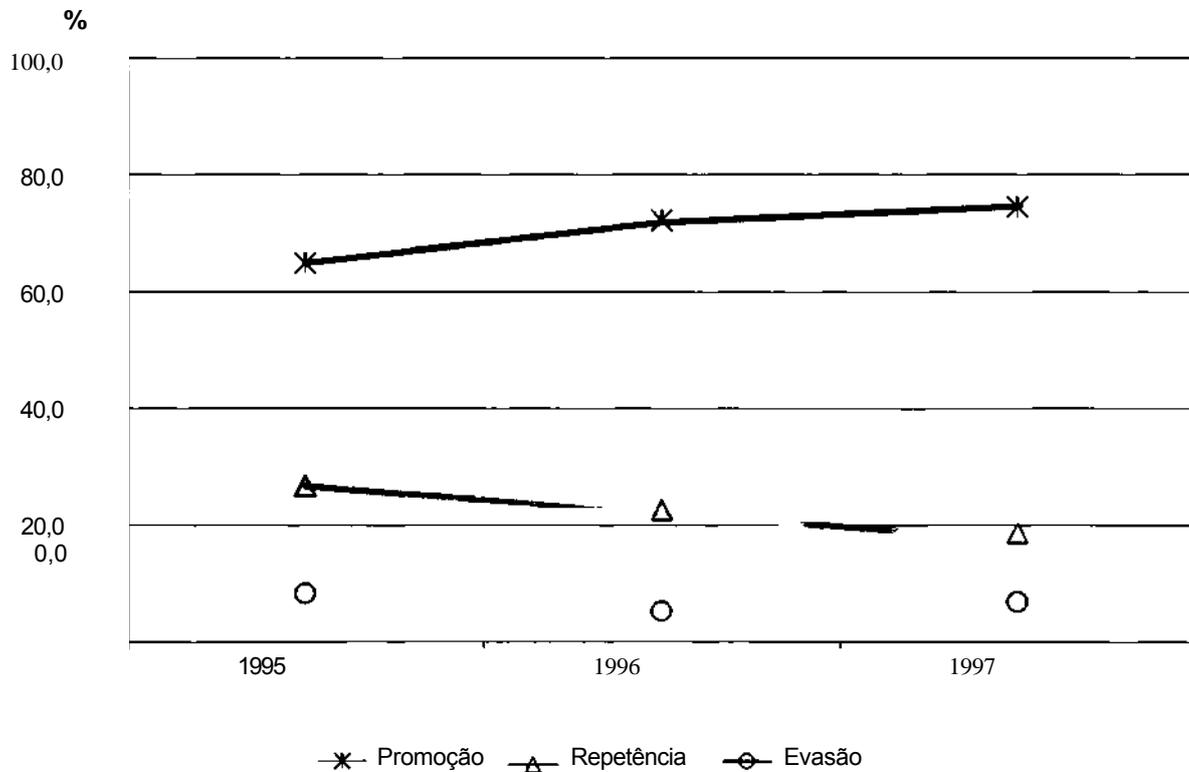


**Tabela 10**  
**Ensino Médio - Taxas Médias Ponderadas de Promoção, Repetência e Evasão (%)**  
**Brasil 1995/1997**

Ano	Taxa Média Ponderada		
	Promoção	Repetência	Evasão
1995	65,0	26,7	8,3
1996	72,2	22,6	5,2
1997	74,5	18,7	6,8
<b>Variação 95/97</b>	<b>9,5</b>	<b>-8,0</b>	<b>■ 1,5</b>

Fonte: INEP/MEC

**Gráfico 10**  
**Ensino Médio - Taxas Médias Ponderadas de Promoção, Repetência e Evasão**  
**Brasil 1995/1997**



**Tabela 11**

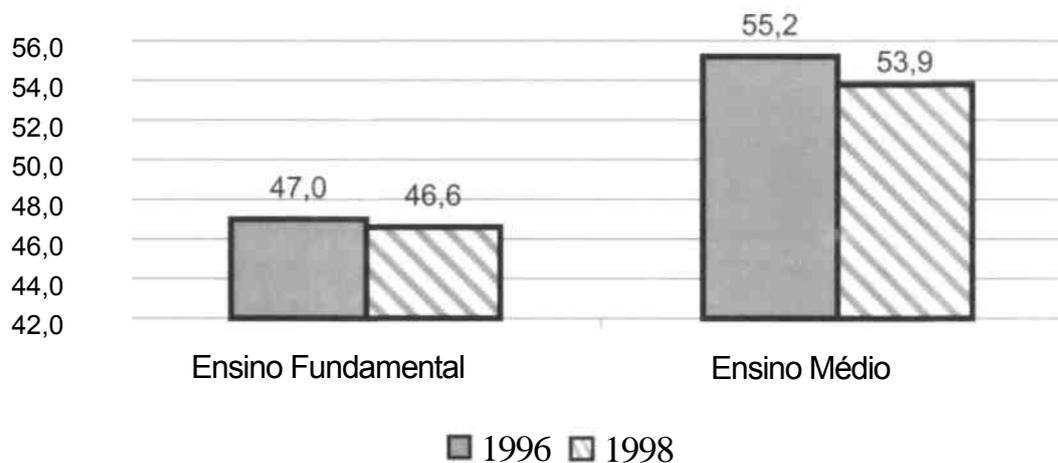
Taxas de Distorção Série/Idade por Nível de Ensino (%)  
Brasil 1996/1998

Ano	Nível de Ensino	
	Ensino Fundamental	Ensino Médio
1996	47,0	55,2
1998	46,6	53,9
<b>Varição 96/98</b>	-0,4	-1,3

Fonte: INEP/MEC

**Gráfico 11**

Taxas de Distorção Série/Idade por Nível de Ensino (%)  
Brasil 1996/1998



## 7.5 - Qualificação dos professores

Embora o número de professores tenha aumentado nos últimos cinco anos - 9,6% no ensino fundamental e 35,7% no ensino médio - as informações levantadas pelo Censo Escolar mostram que eles estão mais qualificados. Houve uma melhoria considerável no grau de formação.

O número de professores leigos atuando no ensino fundamental caiu 41,1% no período de 1994 a 1999. Já o número de professores com nível médio completo subiu 7,5%, e com superior completo aumentou ainda mais: 24,4%.

Esta tendência se reproduz no ensino médio. Houve uma queda de 65,8% no número de professores leigos e de 6,3% entre os que possuem apenas o nível médio completo. Por outro lado, houve um acréscimo de 45,3% no número de docentes com formação superior completa.

Estes dados, entretanto, mostram que a formação de professores é um dos maiores desafios para o sistema educacional brasileiro na atualidade. Para cumprir as determinações da Emenda Constitucional nº 14, que criou o Fundef, o País deverá formar, até o final do ano 2001, cerca de 81 mil professores leigos. E até o final da Década da Educação, que se encerra em dezembro de 2007, deverá capacitar outros 768 mil docentes do ensino fundamental e médio, que já atuam nas redes municipais e estaduais, que não cursaram o nível superior completo. Buscaremos atender a esta demanda com uma sólida articulação entre o governo federal, Estados e municípios, e com as instituições de ensino superior, no sentido de definir diretrizes, integrar políticas e programas educacionais e estruturar sistemas de formação profissional que incorporem diferentes instituições da sociedade.

Há um consenso, atualmente, entre os especialistas em educação, que nenhuma formação inicial, mesmo a melhor em nível superior, é suficiente para o desenvolvimento profissional, o que torna indispensável a criação de um sistema de formação continuada e permanente para todos os professores.

### Tabela 12

Ensino Fundamental - Número de Funções Docentes por Grau de Formação  
Brasil 1994-1999

Ano	Funções Docentes por Grau e Formação						
	Total	Fundamental Incompleto e Completo	%	Médio Completo	%	Superior Completo	%
1994 <sup>(1)</sup>	1.377.665	138.658	10,1	669.656	48,6	569.351	41,3
1995 <sup>(1)</sup>	1.407.625	133.933	9,5	685.596	48,7	588.096	41,8
1996	1.388.247	124.642	9,0	655.004	47,2	608.601	43,8
1998	1.460.455	101.601	7,0	684.514	46,9	674.340	46,2
1999 <sup>(2)</sup>	1.510.426	81.735	5,4	720.148	47,7	708.543	46,9
<b>Taxa de Cresc. 94/99</b>	9,6%	<b>-41,1%</b>		7,5%		<b>24,4%</b>	

Fonte: INEP/MEC

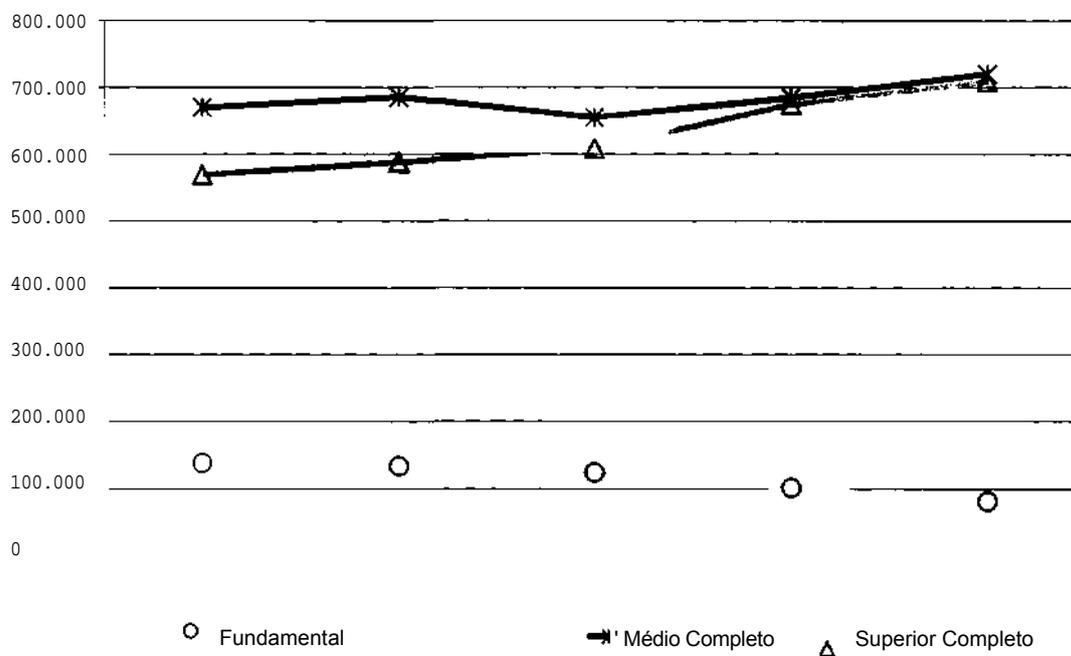
Notas: o mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

(1) - dados estimados

(2) - dados preliminares

### Gráfico 12

Ensino Fundamental - Número de Funções Docentes por Grau de Formação  
Brasil 1994-1999



**Tabela 13**  
**Ensino Médio - Número de Funções Docentes por Grau de Formação**  
**Brasil 1994/1999**

Ano	Funções Docentes por Grau de Formação						
	Total	Fundamental Incompleto e Completo	%	Médio Completo	%	Superior Completo	%
1994 <sup>(1)</sup>	295.542	1.876	0,6	50.863	17,2	242.803	82,2
1995(1)	333.271	1.519	0,5	57.620	17,3	274.132	82,3
1996	326.827	1.068	0,3	43.418	13,3	282.341	86,4
1998	365.874	823	0,2	38.250	10,5	326.801	89,3
1999 <sup>(2)</sup>	401.010	642	0,2	47.637	11,9	352.731	88,0
<b>Taxa de Cresc. 94/99</b>	<b>35,7%</b>	<b>-65,8%</b>		<b>-6,3%</b>		<b>45,3%</b>	

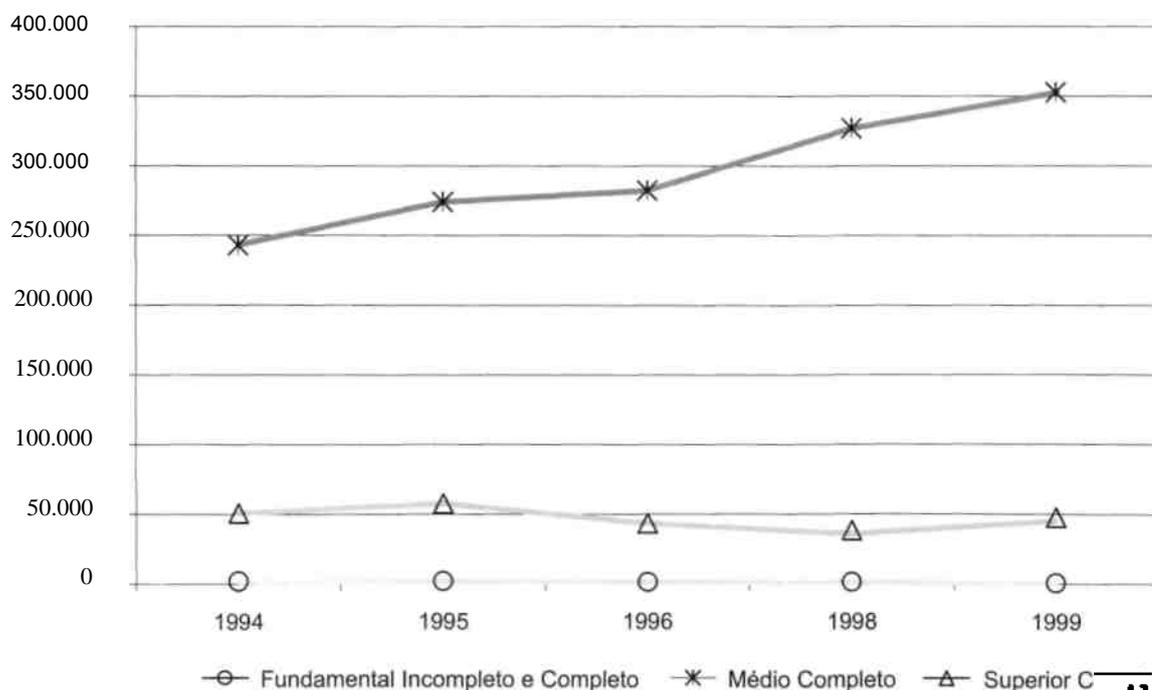
Fonte: INEP/MEC

Notas: o mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

(1) - dados estimados

(2) - dados preliminares

**Gráfico 13**  
**Ensino Médio - Número de Funções Docentes por Grau de Formação**  
**Brasil 1994-1999**



## 7.6 - Gastos com educação

Os gastos públicos com educação, reunindo todos os programas e níveis de governo, somaram R\$ 38,5 bilhões, em 1996, e R\$ 43,3 bilhões em 1997. Estes gastos incluem as despesas com precatórios e amortização de dívidas e correspondem a aproximadamente 5% do PIB.

De 1996 para 1997, houve um acréscimo de gastos com educação de 12,2%. Para efeito de comparação, todos os valores foram ajustados para o ano de 1997. Observa-se que houve no período um crescimento da participação dos Estados (23%) e dos municípios (16%) na composição final dos gastos.

Em 1997, os gastos públicos com educação, por programas e esferas de governo, somaram R\$ 43,3 bilhões, sendo R\$ 8,6 bilhões da União, R\$ 21,6 bilhões dos Estados e R\$ 13,1 bilhões dos municípios. Estes gastos estavam assim distribuídos: União (19,8%), Estados (49,8%) e municípios (30,4%).

O ensino fundamental recebeu 44,8% dos recursos globais investidos na educação em 1997. O ensino superior vem a seguir, com 16,7%. O ensino médio ficou com apenas 4,8%, e a educação infantil, com 4,6%.

A prioridade dada pelas três esferas de governo ao ensino fundamental resultou, no período de 1996 a 1997, num aumento de 21% nos recursos destinados a este nível de ensino.

Este aumento se deve fundamentalmente aos municípios, que, além de elevar o investimento no ensino fundamental, em cumprimento da Constituição e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estão adequando melhor os gastos à classificação orçamentária.

No ensino médio, o crescimento foi modesto, de 9%, mas os gastos estão num nível baixo e precisam ser elevados para atender à demanda crescente por vagas. Os gastos municipais reduziram-se drasticamente em função da transferência de responsabilidade para Estados; e os gastos estaduais foram elevados em 17%. No ensino superior, os gastos mantiveram-se estáveis no período, com aumento de investimentos do governo federal e redução de investimentos dos governos estaduais.

Os gastos com assistência e previdência, formados basicamente por proventos de inativos e pensionistas, também se expandiram no intervalo de 1996 a 1997, com elevação de 15%. Isto sugere que muitos professores, sobretudo das redes estaduais, estão buscando a aposentadoria.

Os gastos diretos com assistência e previdência representam hoje 12,3% do total. Ao que tudo indica, estas despesas vão continuar crescendo, pois a política de capacitação e valorização do magistério certamente vai elevar estes valores, já que os professores automaticamente mudarão de faixa salarial à medida que melhorarem seu grau de qualificação. Para se ter uma idéia, nos gastos do governo federal eles já representam 16,7%.

A capacitação e a valorização do magistério vão contribuir para elevar também os gastos com pagamento de pessoal e encargos, que já absorvem 57,6% dos recursos diretos aplicados pelas três esferas governamentais.

A distribuição dos demais gastos diretos dos três níveis de governo aponta ainda que 21,1% são destinados para manutenção e custeio; 5,5% para investimentos; e 0,4% para inversões financeiras.

Na análise dos gastos globais, nota-se que o Governo Federal responde por 62% dos recursos investidos no ensino superior e exerce uma ação supletiva muito forte nos ensinos fundamental e médio.

**Tabela 14**  
**Gasto Público com a Educação por Programas e Esferas de Governo**  
**Em Valores R\$ de 1997**

Especificação dos Programas	Gasto Consolidado por Esferas de Governo/1997			
	Federal	Estadual	Municipal	Total
Administração	658.358.024	4.128.045.272	903.250.321	5.689.653.617
Educação da Criança de 0 a 6	258.727.621	82.194.802	1.629.120.381	1.970.042.804
Ensino Fundamental	1.114.698.453	9.643.494.129	8.599.861.991	19.358.054.573
Ensino Médio	513.526.244	1.504.937.854	50.872.500	2.069.336.598
Ensino Superior	4.519.259.647	2.703.698.933	28.931.399	7.251.889.979
Educação Física e Desportos	35.010.842	148.379.163	606.735.069	790.125.074
Assistência a Educandos		241.312.393	221.602.863	462.915.256
Educação Especial	33.354.658	111.016.369	182.121.727	326.492.754
Assistência e Previdência em Educação	1.436.160.210	2.983.201.731	913.985.246	5.333.347.187
<b>Total</b>	<b>8.569.095.699</b>	<b>21.546.280.646</b>	<b>13.136.481.497</b>	<b>43.251.857.842</b>

Fonte: FECAMP/NESUR

Informações, ligue *Fala, Brasil*: 0800 61-6161



**INEP**  
Instituto Nacional de Estudos  
e Pesquisas Educacionais

**MINISTÉRIO  
DA EDUCAÇÃO**

**GOVERNO  
FEDERAL**

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)